



Estudo Técnico Preliminar da Contratação/COLOG-EPL/GELTI-EPL/DGE-EPL-EPL

Brasília, 15 de setembro de 2021.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Autor
10/09/2021	1.0	Ana Lilia Lima
16/09/2021	2.0	Ana Lilia Lima

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**INTRODUÇÃO**

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de recepção, copeiragem, garçom, carregador e encarregado no âmbito da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, em Brasília/DF, incluindo todos os insumos e equipamentos necessários, com o objetivo de garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços objeto do Contrato nº 11/2016.

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANT.	CARACTERÍSTICA
1	Recepcionista	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
2	Copeira	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
3	Garçom	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
4	Carregador	1	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
5	Encarregado Geral	1	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira

1.2. O objeto da presente contratação é enquadrado como comum para desempenho das atividades da empresa nos termos do art. 3º, inciso II da Portaria 249/2012-MPOG e parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, de execução continuada com fornecimento de mão de obra exclusiva.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A autorização para sua criação se deu por meio das Leis n.º 12.404, de 4 de maio de 2011, e n.º 12.743, de 19 de dezembro de 2012.

2.2. Os serviços objeto da pretensa contratação, atualmente, são prestados por meio da execução do Contrato n.º 11/2016 cuja data de vencimento expira em 02 de dezembro de 2021, sem possibilidade de prorrogação em virtude de ter atingido o limite máximo de tempo previsto em legislação.

2.3. Objetivando buscar um modelo inovador para a prestação de serviços terceirizados, iniciou-se o processo SEI 50840.000233/2020-41, que visa unificar os serviços atualmente prestados por meio da execução dos Contratos n.º 11/2016, 22/2018 e 19/2020, que envolvem as atividades de recepcionista, copeira, garçom, carregador e encarregado, limpeza e conservação, apoio administrativo e secretariado executivo.

2.3.1. Ocorre que no decorrer dos estudos preliminares relativos à pretensa contratação de serviços de gestão integrada de serviços prediais, a equipe de contratação encontrou dificuldades, especialmente no que tange a precificação dos serviços, haja vista que, conforme consta do Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Central de Compras - SEI 4265815 e Relatório - Análise de Mercado - SEI 4265795, o modelo de contratação que busca a integração dos diferentes serviços e variadas disciplinas da gestão da operação do prédio de forma holística, sob um mesmo processo administrativo, não é prática usual na administração pública.

2.4. Tal situação e a pretensa inovação no modelo de contratar os serviços em tela, trouxe dificuldades imprevistas na construção da contratação integrada, situação que culminou na necessidade de contratar, temporariamente, os serviços objeto do contrato nº 11/2016, até que se conclua a licitação objeto do processo SEI supracitado.

2.5. A realização de processo de contratação visa, portanto, à satisfação da necessidade de manter em funcionamento a prestação dos serviços auxiliares às operações da EPL, até que se conclua a contratação integrada, que contemplará, além dos

serviços objeto desta contratação, os serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação e secretária-executiva.

2.6. A pretensa contratação pretende ainda, aperfeiçoar a execução dos serviços, realizando ajustes em pontos específicos levantados durante a execução do contrato nº 11/2016, quais sejam:

- a) estipulação de um quantitativo mutável de materiais, evitando disparidade entre a demanda e custo, à vista de que a utilização dos materiais depende essencialmente da vontade e necessidade humanas, que são voláteis;
- b) redução de 1 (um) posto de carregador, frente à necessidade de movimentação de bens; e
- c) estabelecimento de critérios objetivos para avaliar os níveis de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Coordenação de Logística / Gerência de Logística e Tecnologia da Informação / Diretoria de Gestão.

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Definição dos serviços terceirizados**

4.1.1. **Apoio Operacional: Recepções (CBO 4221-05)**

4.1.1.1. Atividades destinadas a atender diretamente o capital humano da empresa tomadora e seus bens móveis.

4.1.1.2. Para ocupação dos postos destinados ao Apoio Operacional, o cargo de referência, de caráter não vinculativo, é o de Recepcionista, constante da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF.

4.1.2. **Apoio Operacional: Copas (CBO 5134-25)**

4.1.2.1. Atividades destinadas a atender diretamente o capital humano da empresa tomadora e seus bens móveis.

4.1.2.2. Para ocupação dos postos destinados ao Apoio Operacional, o cargo de referência, de caráter não vinculativo, é o de copeira, constante da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF.

4.1.3. **Apoio Operacional: Garçons (CBO 5134-05)**

4.1.3.1. Atividades destinadas a atender diretamente o capital humano da empresa tomadora e seus bens móveis.

4.1.3.2. Para ocupação dos postos destinados ao Apoio Operacional, o cargo de referência, de caráter não vinculativo, é o de Garçom, constante da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF.

4.1.4. **Carregador/Estiva (CBO 7832-20)**

4.1.4.1. Atividades destinadas a atender diretamente o capital humano da empresa tomadora e seus bens móveis.

4.1.4.2. Para ocupação dos postos destinados ao Apoio Operacional, o cargo de referência, de caráter não vinculativo, é o de Carregador/Estiva, constante da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF.

4.1.5. **Encarregado: (CBO 4101-05)**

4.1.5.1. Atividade de supervisão das rotinas administrativas, chefiando diretamente a força de trabalho terceirizada, realizando a gestão dos serviços inerentes ao objeto desta contratação por meio do planejamento com cronogramas de execução das atividades, dimensionamento do efetivo, equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios, atendendo aos requisitos legais e garantindo a excelência da prestação dos serviços.

4.1.5.2. Para ocupação dos postos destinados ao Apoio Operacional, o cargo de referência, de caráter não vinculativo, é o de Encarregado Geral, constante da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF.

4.2. A descrição dos serviços, atribuições e requisitos dos cargos estão detalhadas no ANEXO A deste Estudo Técnico Preliminar.

4.2.1. **Materiais, equipamentos e uniformes associados à prestação dos serviços**

4.2.2. A empresa prestadora deverá fornecer, às suas custas, todos os materiais de consumo necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, assim como arcar com as despesas de transporte e armazenamento destes.

4.2.3. Para o correto dimensionamento, será apresentado no ANEXO A, o referencial de materiais e equipamentos utilizados nos serviços executados no último contrato de copeiragem e limpeza e conservação da EPL.

4.2.4. Ressalta-se que as quantidades descritas no ANEXO A são citadas apenas como estimativa para efeito de composição de custo, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, devendo sempre que necessário ser complementada pela empresa prestadora.

4.2.5. Os materiais de consumo, a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser de primeira qualidade e compatíveis com os locais onde serão utilizados, devendo, ainda, ser submetidos à prévia aprovação da Contratante que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões exigidos no Termo de Referência, ficando, ainda, sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização por parte das entidades governamentais fiscalizadoras.

4.2.6. A relação constante do ANEXO A está sendo apresentada para conhecimento e referencial, podendo ser utilizado qualquer material similar com a mesma finalidade, desde que de primeira qualidade e que atenda às necessidades desta EPL.

4.2.7. A empresa prestadora será responsável pelo controle e distribuição do estoque do material e equipamentos, considerando o efetivo permanente, tendo como base a vistoria realizada e considerando a jornada de trabalho dessa atividade, cujas quantidades deverão ser acompanhadas pela fiscalização do contrato.

4.2.8. Os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso, ficando a empresa prestadora com a responsabilidade da manutenção e reposição quando necessário, inclusive com a substituição imediata dos equipamentos ultrapassados, quando assim julgar necessário a fiscalização da Contratante.

4.2.9. A empresa prestadora deverá empregar materiais que atendam as normas de meio ambiente e saúde vigentes.

4.2.10. A empresa prestadora deverá fornecer aos profissionais, inclusive às substituições, às suas expensas, uniformes confeccionados com tecido e materiais adequados ao exercício de cada função, observadas, no mínimo, as características e periodicidades dispostas no ANEXO A.

4.2.10.1. A primeira remessa dos conjuntos de uniformes, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo anual máximo detalhado no ANEXO A, deverá ser fornecida pela Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato e a segunda remessa, caso haja, seis meses após a primeira entrega.

4.2.10.2. **Local e horário da prestação dos serviços**

4.2.11. Os serviços deverão ser executados na sede da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL, no endereço Edifício Parque Cidade Corporate – Torre C, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Edifício “C”, 7º e 8º andares, Brasília – DF, CEP 70.308-200.

4.2.12. Todos os atos de gestão e administração da contratação, previstos no Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos e em outro instrumento normativo, se houver, deverão ser exercidos a partir da sede da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL.

4.2.12.1. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, durante o período compreendido entre 07h00min e 20h00min, em regime de escala 5x2 com horário a ser definido durante a execução do contrato, observados os limites legais de trabalho semanal por empregado da prestadora.

4.3. **Prazos inicial e máximo da contratação**

4.3.1. Nos termos do art. 71, *caput*, da Lei n.º 13.303/2016, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, com cláusula resolutiva até que seja concluído o procedimento licitatório tratado no processo SEI 50840.000233/2020-41.

4.3.2. A execução dos serviços começará a partir do início da vigência do Contrato.

4.3.3. **Subordinação e pessoalidade na prestação dos serviços**

4.3.4. De acordo com os princípios regentes do Direito do Trabalho e considerando o teor da Súmula n.º 331, incisos, do Tribunal Superior do Trabalho - TST, percebe-se que a pessoalidade e a subordinação direta são elementos capazes de caracterizar a existência de relação de emprego entre partes. A pessoalidade diz respeito à presença do caráter infungível do serviço prestado, pois quem o executa deve realizá-lo pessoalmente, não podendo fazer-se substituir por outra pessoa. A subordinação direta, por sua vez, refere-se à sujeição do empregado às ordens do empregador, que deve dirigi-lo e coordená-lo.

4.3.5. O Decreto n.º 9.507/2018, art. 7º, IV, por sua vez, veda a inclusão de disposições nos instrumentos convocatórios que permitam a pessoalidade e a subordinação direta dos empregados da prestadora aos agentes da tomadora, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou tomada de decisão para o contratado, conforme parágrafo único do art. 9º da IN 05/2017. Assim, entende-se fundamental que, para garantia da licitude do instituto no âmbito da EPL, sejam abolidos da relação contratual quaisquer ligações de subordinação direta e pessoalidade.

4.3.6. Com efeito, propõe-se a inclusão, no Termo de Referência, de conjunto de normas que permitam:

- a) identificar com clareza as responsabilidades inerentes a cada categoria profissional;
- b) distinguir as responsabilidades do fiscal do contrato das responsabilidades do encarregado, caso o Estudo Técnico Preliminar revele a necessidade do posto;
- c) instruir periodicamente os profissionais terceirizados nas práticas de gestão de tarefas, busca por resultados e relacionamento com as empresas tomadoras dos serviços;
- d) capacitar os fiscais do contrato acerca da relação entre tomador e prestador de serviços;
- e) dotar a prestadora de liberdade para coordenar, mediante supervisão administrativa dos fiscais, todos os bens, espaços, infraestruturas, pessoas e organizações alcançados pelo escopo da contratação;
- f) proibir relações de subordinação direta e pessoalidade entre os agentes da EPL e os empregados da empresa prestadora.

4.4. **Qualificação dos profissionais**

4.4.1. A prestadora deverá atender, quanto aos seus profissionais, a requisitos mínimos necessários de escolaridade, certificação e qualificação, a fim de que os níveis de serviços esperados pela tomadora sejam efetivamente alcançados.

4.4.2. Os requisitos de escolaridade, certificação e qualificação deverão ser definidos a partir da especificidade de cada ocupação, conforme Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

4.4.3. A qualificação mínima para a ocupação dos postos, para melhor atendimento das necessidades inerentes aos cargos, estão estabelecidas no ANEXO A.

4.5. **Reaproveitamento profissional**

4.6. Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, a empresa que suceder outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato contratarão os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, seguindo as regras previstas em convenção coletiva para fins de rescisão e nova contratação.

4.7. **Ações de controle e fiscalização da qualidade dos serviços da prestadora**

4.7.1. As ações de controle e fiscalização da qualidade dos serviços da empresa prestadora consistirão, exemplificadamente, no acompanhamento continuado da ocupação dos postos de trabalho, no cumprimento da frequência diária de serviço, na utilização eficiente dos materiais e equipamentos necessários à realização dos afazeres e no correto domínio do universo de serviços indispensáveis ao funcionamento da corporação, concedendo à EPL a facilitação de seus processos internos.

4.7.2. Requerer-se-á da empresa prestadora uma razoável estrutura de organização, controle e domínio de seus processos.

4.7.3. Deverá ser adotada rotina de acompanhamento dos materiais e insumos recebidos, para fins de medição, os quais somente deverão ser aproveitados e contabilizados após o recebimento por parte do profissional designado da EPL.

4.7.4. Com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas e como forma de mitigar os riscos quanto à responsabilidade solidária e subsidiária da Administração quanto aos pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários dos empregados terceirizados, na forma da Súmula nº 331/TST, os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante, cujas especificações serão estabelecidas no Termo de Referência.

4.7.4.1. A escolha pela conta-depósito vinculada justifica-se pela sua menor complexidade e burocracia nos procedimentos de implementação e utilização, além da ausência de conhecimento e capacitação da equipe na operacionalização do pagamento pelo fato gerador.

4.8. **Privacidade e Proteção de Dados**

4.8.1. A empresa prestadora, por si só e por seus colaboradores, obriga-se a atuar na pretensa contratação, em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

4.8.2. Todos os documentos referentes à relação entre o empregador e o empregado devem ser analisados à luz da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

4.8.3. Demais especificações e condições para o manuseio dos dados serão estabelecidos no Termo de Referência.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. As soluções para contratação dos serviços estão dispostas no Estudo Técnico Preliminar SEI 4044999, sendo a pretensa contratação, temporária, conforme disposto no item 2 deste Estudo.

5.2. **Justificativa da solução escolhida**

5.2.1. A solução escolhida manterá, temporariamente, os serviços objeto do Contrato n.º 11/2016, com quantitativo e formato semelhantes, com exceção do posto de carregador, que, considerando a execução atual, será alterado, permanecendo apenas 1 posto, conforme detalhado na tabela abaixo:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANT.	CARACTERÍSTICA
1	Receptionista	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
2	Carregador	1	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
3	Garçom	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
4	Copeira	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
5	Encarregado Geral	1	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira

5.3. A pretensa contratação faz-se necessária em virtude da proximidade do encerramento do Contrato nº 11/2016 e dos desdobramentos e dificuldades encontradas na construção e precificação dos serviços objeto do processo SEI 50840.000233/2020-41.

6. **ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

6.1. **Do contrato n.º 11/2016. Escopo: Encarregado, recepcionistas, copeiros, garçons, carregadores e fornecimento de insumos e equipamentos.**

6.1.1. Em 2 de dezembro de 2016 foi celebrado entre a EPL e a empresa Real JG Serviços Gerais o Contrato Administrativo n.º 11/2016. O contrato encontra-se vinculado ao processo SEI 50840.000439/2016-94 (SEI 2475290, pág. 42). O objeto da contratação foi a prestação de serviços continuados de recepcionista, copeira, garçom, carregador e encarregado geral, incluído o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da EPL. O quadro geral dos postos foi o seguinte:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANT.	CARACTERÍSTICA

1	Recepcionista	4	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
2	Carregador	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
3	Garçom	2	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
4	Copeira	4	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira
5	Encarregado Geral	1	Posto de 44 horas semanais - segunda a sexta-feira

6.1.2. O quadro acima exposto, entretanto, com o desenrolar dos anos e em face das mudanças estruturais ocorridas no funcionamento da tomadora dos serviços, foi alvo de estudos por parte da fiscalização, objetivando a readequação do contrato à realidade vigente à época.

6.1.3. A fiscalização opinou, por meio da Nota n.º 2/2020/COLOG-EPL/GELTI-EPL/DGE-EPL (SEI 2710871), pela redução de 4 postos de trabalho do contrato. Fundamentou-se, entre outras coisas, na possibilidade de manutenção dos níveis de qualidade de serviço apresentados até o momento e na expectativa de redução do custo financeiro em 29,40% (vinte e nove vírgula quarenta por cento) do valor original. Ainda conforme o referido documento, constatou:

a) que a subtração de 2 (dois) dos 4 (quatro) postos de recepcionistas se justificaria em razão da implantação do sistema de controle eletrônico de entrada e saída, por meio de identificação biométrica, câmeras de segurança e interfone. O Contrato n.º 9/2019 (SEI 2750357, pág. 363), cujo escopo é a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos em regime de comodato de Sistemas de CFTV, integrados com soluções de alarme, controle de acesso e automação do sistema temporizador de energia, representou o advento, à EPL, das tecnologias que permitiram a supressão de custos com os postos de recepcionistas;

b) que durante o período crítico da pandemia de COVID-19 provocada pelo Sars-Cov-2, com o revezamento de postos de trabalho adotado pela EPL como medida de contenção da doença no ambiente de labor, percebeu-se que a subtração de 2 (dois) dos 4 (quatro) postos de copeiras não inviabilizaram a execução das atividades atinentes à copeiragem, sendo mantidos com plenitude os níveis de produção de café, água aquecida e a qualidade geral de higiene e limpeza dos instrumentos e utensílios das copas;

c) a inviabilidade de redução ou extinção dos 2 (dois) postos de garçom;

d) a inviabilidade da extinção do posto de encarregado geral, principalmente em face da necessidade de controle técnico da execução e distribuição das demandas da EPL, bem como do controle de ponto dos funcionários, do controle e distribuição dos materiais de copa, da resolução dos conflitos interpessoais e outros assuntos.

6.1.4. A celebração do Quarto Termo Aditivo - 4ºTA (SEI 3471596) confirmou as mudanças indicadas por meio dos estudos fiscalizatórios. Assim, o contrato passou a vigor com cenário a seguir:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE	CUSTO TOTAL
1	Recepcionista	2	R\$ 9.812,18
2	Carregador	2	R\$ 7.584,36
3	Garçom	2	R\$ 11.357,65
4	Copeira	2	R\$ 9.089,69
5	Encarregado Geral	1	R\$ 7.529,81
Custo mensal →			R\$ 45.373,68
Custo anual →			R\$ 544.484,17

6.1.5. Além das necessidades de modificações do contrato, relatadas acima, surgiram ocasiões outras de adequação da contratação ao contexto fático que a acompanhava. Por meio da Nota Técnica n.º 145/2020/COLOG-EPL/GELTI-EPL/DGE-EPL (SEI 3505467), a respeito da apreciação técnico-administrativa do período de execução do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 11/2016, a fiscalização teceu os comentários a seguir:

"4.2.4 No decorrer da vigência do Terceiro Termo Aditivo a equipe fiscalizatória pôde efetivamente acompanhar a realização dos trabalhos diários e de controle contratual, de maneira que foram adotados os procedimentos e métodos necessários para a adequação do faturamento à demanda mensal de materiais utilizados pela EPL. A aplicação dos procedimentos e métodos, mês a mês, resultou no somatório de **R\$ 26.429,94 (vinte e seis mil e quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos)** de valores glosados de forma parcelada (...)"

6.1.6. O somatório de glosas acima referido pela fiscalização concerne aos materiais e instrumentos previstos na planilha de formação de preços vinculada ao contrato e não demandados pela EPL. Trata-se de medida contratual eficaz para mitigar impactos negativos ao erário em face do desajuste natural da contratação em razão do decurso de tempo e da alteração de circunstâncias.

6.1.7. Durante a execução do Contrato n.º 11/2016, destacam-se as seguintes situações que carecem de revisão e resultam na proposta de contratação em tela, além da contratação integrada de serviços, detalhada no item 2 deste ETP:

a) estipulação de um quantitativo imutável de materiais, que provocou desajuste entre demanda e custo, à vista de que a utilização depende essencialmente da vontade e necessidade humanas, que são voláteis;

b) desnecessidade de manutenção de 2 (dois) postos de carregadores, frente à necessidade de movimentação de bens; e

c) ausência de critérios objetivos para avaliar os níveis de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Os quantitativos foram definidos com base no contrato vigente dos serviços que serão prestados, elencados no quadro abaixo deste documento, e nas características da edificação:

GRUPO 1	ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE
	1	RECEPCIONISTA	2
	2	COPEIRO	2
	3	GARÇOM	2
	4	CARREGADOR	1
	5	ENCARREGADO	1

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a IN SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, observando-se, em especial, as disposições do artigo 5º, *in verbis*:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.2. Considerando a especificidade do objeto a ser contratado, no que se refere ao detalhamento do objeto, quantidades e vigência, utilizou-se como parâmetro para obtenção dos preços de referência as hipóteses dos incisos II e IV, que versam, respectivamente, sobre aquisições e contratações similares e pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.

8.3. Isto posto, para a formação do valor estimado da contratação, foi considerado como metodologia para obtenção do preço de referência a média, dentre os obtidos nas pesquisas realizadas, conforme mapa comparativo de preços, ANEXO B deste Estudo Técnico Preliminar.

8.4. Assim, conforme Mapa Comparativo de Preços, ANEXO B, o preço estimado máximo anual é de R\$ 477.037,21 (quatrocentos e setenta e sete mil trinta e sete reais e vinte e um centavos).

8.5. Destaca-se que para fins de obtenção da estimativa de preços desta pretensa contratação, a equipe de planejamento, considerando o prazo exíguo para realizar a contratação temporária e a dificuldade encontrada na construção da contratação integrada - processo SEI 50840.000233/2020-41, qual seja, obtenção de retorno tempestivo dos fornecedores, utilizou, para formação do valor estimado da contratação, as duas pesquisas obtidas nos estudos feitos no processo supracitado, além daquelas encontradas em aquisições e contratações similares.

8.6. Salientamos que, apesar de tratar-se de contratação temporária, o valor dos postos de trabalho objeto da pretensa contratação sofrem pequenas variações e são formados, em sua essência, pelo valor do salário estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT de cada categoria, acrescida dos encargos e benefícios anuais, mensais e diários e insumos diversos, tendo como principal variante, os custos indiretos e lucros.

8.7. Conquanto, destacamos que trata-se neste momento do Estudo Preliminar da Contratação e que, embora a equipe esteja encontrando dificuldades no recebimento de propostas, serão mantidos, durante a construção do Termo de Referência que dará origem à contratação, os esforços para envio de pedidos de cotação aos fornecedores, com ajustes no preço estimado máximo anual da contratação, caso haja sucesso na obtenção de novas propostas neste interlúdio.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento da solução buscada não se mostra viável em razão da relação natural intrínseca dos itens que constituem o objeto da contratação. Verifica-se que as empresas prestadoras de serviços de terceirização geralmente têm em seu portfólio de serviços todas as soluções buscadas no escopo do projeto. Tal coisa poderá proporcionar ganhos de escala durante a negociação das propostas.

9.2. Além disso, espera-se que o agrupamento dos itens da licitação não comprometerá a competitividade do processo licitatório, mas proporcionará à EPL:

9.2.1. Redução de custos administrativos com a gestão e fiscalização de diversos contratos de natureza semelhante.

9.2.2. O não parcelamento propicia a sinergia dos serviços prestados, lembrando que em uma contratação parcelada, muitas vezes é necessário demandar mais de uma equipe de diferentes contratadas, para resolução de um problema na edificação, gerando demora no restabelecimento da normalidade, para além da dificuldade em definir responsáveis por falhas.

9.2.3. Celeridade e economicidade nas ações de medição, controle, pagamento, liberações e processamento.

ANÁLISE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Critério	Decisão quanto ao parcelamento do objeto	Justificativa
Natureza dos serviços	Agrupar	O agrupamento se justifica em razão da similaridade natural dos serviços a serem contratados, isto é, os itens da contratação serão realizados de forma integralizada e sequencial, percorrendo um caminho natural de planejamento, desenvolvimento, checagem e ação.
Ganho de escala	Agrupar	O ganho de escala nesse tipo de serviço é possível, haja vista que os licitantes poderão reduzir alguns custos em razão da maior amplitude de serviços do contrato.
Operação dos serviços	Agrupar	O agrupamento dos serviços proporcionará melhor operacionalização dos serviços, tendo em vista que a realização fragmentada comprometerá os processos de comunicação e gestão, impactando no alcance dos resultados pretendidos.
Prática adotada pela Administração Pública	Agrupar	Conforme se depreende da análise do presente Estudo Técnico Preliminar, bem como de toda a instrução processual, nota-se que é prática comum nos órgãos e entidades que integram a Administração Pública o agrupamento dos serviços dessa natureza. Assim, a fim de manter a EPL alinhada à sistemática adotada pelos semelhantes, confirma-se que é a melhor decisão a ser seguida.
Local dos serviços	Agrupar	O controle e fiscalização dos serviços serão exercidos exclusivamente pela Coordenação de Logística, da Gerência de Logística e Tecnologia da Informação, por meio de profissionais designados mediante ato administrativo, de acordo com as definições do Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.

9.3. Conforme evidenciado por meio da tabela acima, o projeto de agrupamento dos serviços se encontra alinhado à prática adotada por vários outros órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal, de forma que, por todo o exposto, concluímos pela adoção do agrupamento dos serviços objeto da contratação, considerando que isso resultará em benefícios operacionais e econômicos, tais como a redução de ruídos de comunicação e o aumento dos níveis de celeridade e economicidade executórios.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A contratação da solução prescinde de contratação correlata ou interdependente para que possa se desenvolver.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A contratação estará alinhada aos objetivos previstos no:

11.1.1. **Planejamento Estratégico Institucional - PEI, Perspectiva "Organização Interna", Tema "Governança": "Garantir uma cultura organizacional com foco em resultado".**

11.1.2. **Regimento Interno, art. 16, inciso III, letra "h": "gerir a cadeia de serviços logísticos da EPL".**

11.1.3. **Plano Anual de Contratações de 2021**, em atendimento às disposições da DIREX n.º 03/2020.

12. VISTORIA

12.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por profissional designado para esse fim, tomando ciência das características e eventuais dificuldades para execução dos serviços, de modo que não serão atendidas solicitações sob argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados da especificação.

12.2. A vistoria deverá ocorrer de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, pelo telefone (61) 3426-3912 ou (61) 3426-3851, respectivamente.

12.3. O prazo para vistoria será indicado no Termo de Referência.

12.4. Os licitantes que realizarem a vistoria devem apresentar no certame a Declaração de Vistoria, conforme anexo a ser juntando ao Termo de Referência, que deverá ser assinada por representantes da licitante e da EPL no ato da vistoria.

12.5. Os licitantes que optarem por não realizar a vistoria devem apresentar no certame a Declaração de Não Realização de Vistoria, conforme anexo a ser juntando ao Termo de Referência, se responsabilizando pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais dos serviços, com vistas a proteger o interesse da EPL na fase de execução do contrato.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Da realização da contratação, esperam-se os seguintes resultados:

13.1.1. Manutenção, até que se conclua os procedimentos para contratação dos serviços objeto do processo SEI 50840.000233/2020-41, dos serviços objeto do Contrato nº 11/2016 que terá sua vigência expirada em 02/12/2021,

sem possibilidade de renovação por limitações legais.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. Não haverá necessidade de providências especiais para adequação do ambiente da EPL, uma vez que os serviços já estão em perfeita execução.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Decreto nº 7.746/2012, Decreto nº 9.178/2017, na Lei nº 12.305/2010 e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, conforme o caso, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/10, SLTI/MPOG.

16. DOCUMENTOS ANEXOS E COMPLEMENTARES

16.1. ANEXO A - DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E MATERIAIS (SEI 4565912).

16.2. ANEXO B - MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS (SEI 4574015).

16.3. ANEXO C - MAPA DE RISCOS (4591711)

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1. Tendo em vista as práticas de mercado e preços estimados, a Equipe de Planejamento da Contratação, instituída por meio do Documento de Formalização de Demanda - DFD e tratativas posteriores, com fundamento neste Estudo Técnico Preliminar, declara a viabilidade da contratação aqui proposta, nos termos do artigo 133 do Regulamento de Licitações da EPL, combinado com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações.

18. RESPONSÁVEIS

18.1. Submetemos o Estudo Técnico Preliminar para aprovação e assinatura dos Integrantes Técnico e Requisitante e pela autoridade máxima da Gerência de Logística e Tecnologia da Informação:

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>ANA LILIA LIMA DOS SANTOS</p> <p>Coordenadora</p> <p>SIAPE: 1701206</p>	<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>MARIA CECÍLIA MATTESCO GOMES DA SILVA</p> <p>Assistente I</p> <p>SIAPE: 1965705</p>

AUTORIDADE MÁXIMA DA GERÊNCIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>DIOGO CAMPOS BORGES DE MEDEIROS</p> <p>Gerente de Logística e Tecnologia da Informação</p> <p>SIAPE: 1063600</p>



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lilia Lima dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/09/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Gomes da Silva, Assistente I**, em 17/09/2021, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Campos Borges de Medeiros, Gerente**, em 21/09/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4590257** e o código CRC **DCDF10BF**.



Referência: Processo nº 50840.101740/2021-81



SEI nº 4590257

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br